

## Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero?

Leandro Colling

**Como citar:** LEANDRO, C. Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero? In: PELÚCIO, L.; SOUZA, L. A. F. de; MAGALHÃES, B. R. de; SABATINE, T. T. (org.). **Olhares plurais para o cotidiano:** gênero, sexualidade e mídia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 109-128

DOI:<https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-279-6>.

[p.109-128](#)



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## DESAFIOS

### Como pode a mídia ajudar na luta pelo respeito à diversidade sexual e de gênero?<sup>62</sup>

Leandro Colling

#### Introdução

Em uma revisão de estudos sobre comunicação e a diversidade sexual e de gênero, identificamos (COLLING et al., [201-]) que muitas pessoas que pesquisam nessa área recorrem aos conhecidos referenciais teóricos dos estudos da comunicação e/ou do jornalismo para produzir os seus trabalhos. Especificamente nas análises sobre a imprensa, algumas utilizam o que se convencionou chamar de “teoria de jornalismo”, a exemplo das reflexões oriundas das pesquisas sobre *agenda-setting* (estabelecimento da agenda, agendamento) e *framing*(enquadramento). Várias também utilizam as diversas vertentes da análise do discurso, semiótica, estudos culturais e pós-coloniais. A maioria ainda usa pouco os estudos específicos sobre

---

62 Este texto tentará sintetizar algumas das minhas reflexões realizadas no minicurso *Mídia, construção e representação das identidades sexuais e de gênero* que ministrei no I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia: olhares plurais para o cotidiano. Essas reflexões são oriundas de meu próprio percurso como pesquisador do campo da comunicação. Iniciei minhas pesquisas (trabalho de conclusão de curso e mestrado) analisando as coberturas da imprensa em períodos eleitorais através de estudos fortemente influenciados pelo funcionalismo americano. No doutorado, fiz um trabalho sobre o “estado da arte” dos estudos sobre mídia e eleições no Brasil pós-ditadura, em especial sobre a cobertura da imprensa nos pleitos nacionais. Somente a partir da conclusão da minha dissertação passei a estudar as relações entre comunicação, sexualidades e gêneros, quando encontrei, via Stuart Hall, indicações sobre os estudos *queer*. Comecei então a estudar a obra de Judith Butler, suas principais influências, em especial Foucault, e demais estudos *queer*, a exemplo dos realizados por Beatriz Preciado e Jack Halberstam. De funcionalista passei para pós-estruturalista. Este texto também é fruto dessa mudança. Agradeço a Matheus Santos e aos organizadores desta coletânea pelas dicas a este texto.

sexualidades e gêneros em suas pesquisas e, quando o fazem, recorrem a um conjunto pequeno de títulos<sup>63</sup>.

Neste trabalho, defenderei que é fundamental que essas análises sobre a imprensa em particular e a mídia em geral contemplem mais as variadas contribuições dos estudos sobre as sexualidades e os gêneros. Caso isso não ocorra, correm o risco de apenas elogiar textos que dão margem para muitas críticas.

Para evidenciar isso, explicarei brevemente o que é *agenda-setting* e *framing* e depois acionarei algumas reflexões centrais dos estudos *queer*. A título de exemplo, analisarei uma parte de uma das edições do programa *Conexão Repórter*, apresentado por Roberto Cabrini, que tratou sobre a violência sofrida pelos homossexuais. O programa foi ao ar no canal SBT no dia 13 de abril de 2011. Ao final, esboço algumas linhas gerais que poderiam nortear a cobertura da imprensa e o trabalho da mídia em geral nos temas relativos à diversidade sexual e de gênero.

O programa de televisão em questão tem a explícita intenção de ser pró-homossexuais. O repórter conseguiu encontrar um grupo que persegue e odeia homossexuais em São Paulo, denuncia o que considera uma onda de violência registrada naquela cidade, conta a história de gays e a difícil aceitação das suas orientações sexuais no ambiente familiar, entrevista pais, mães e irmãos que choram e contam o quão preconceituosos já foram. Pretendo demonstrar que, se analisássemos esse programa apenas através das reflexões dos estudos do agendamento e enquadramento (ou de qualquer vertente das chamadas teorias da comunicação e do jornalismo) dificilmente conseguiríamos perceber que, em alguns aspectos, tanto os homofóbicos quanto os defensores dos gays pensam da mesma forma. Por conta disso e de outras questões, teríamos dificuldades de desconstruir falas que contribuem para a perpetuação dos preconceitos em nossa sociedade.

---

63 Para realizar o trabalho, pessoas que integram o Cus consultaram os anais de alguns eventos - edições do Fazendo Gênero e dos quatro primeiros congressos da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (Abeh), da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e dos Encontros de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). Foram lidos e comentados 77 textos para a elaboração do artigo, a ser publicado em 2012 em um dossiê na revista *Gênero*.

## Agendamento e enquadramento

Os primeiros estudos do *agenda-setting* datam do início da década de 1970<sup>64</sup>. Fortemente influenciados pelo funcionalismo americano, inicialmente, os pesquisadores, em especial McCombs e Shaw (1972)<sup>65</sup>, desejavam descobrir qual era o poder de agendamento da imprensa na população. A pergunta era simples: a imprensa tem o poder de agendar as nossas conversas, as nossas preocupações particulares e públicas? Para tentar encontrar essas respostas, os pesquisadores acompanhavam o conteúdo dos principais veículos da imprensa e entrevistavam, por longos períodos, o público consumidor das mensagens.

Os pesquisadores concluíram que vários assuntos que estavam nos meios de comunicação também faziam parte do repertório das pessoas que recebiam as mensagens. No entanto, alguns temas faziam parte das conversas pessoais e não estavam na mídia e vice-versa. Esse dado permitiu relativizar o poder de agendamento da imprensa sobre o público. As pesquisas continuaram com o desenvolvimento de metodologias e abordagens, o que permitiu que também descobrissem como o público agenda a mídia, em especial os segmentos mais organizados da sociedade (COLLING, 2001).

Na esteira desses estudos, surgem as pesquisas sobre o enquadramento. Se os trabalhos do agendamento estavam mais preocupados em saber sobre como e quais temas passam a fazer parte da agenda da sociedade, as pesquisas sobre o *framing* estavam mais interessadas no conteúdo desses temas, ou seja, o que se diz sobre eles (COLLING, 2001). Entman (1989), por exemplo, queria saber como a imprensa definia o problema em questão, quais eram as causas, as pessoas envolvidas, a quem era dado o poder de resolver e quais eram as soluções apontadas pelos jornalistas em seus textos.

No Brasil, Porto (2007) aprimorou os estudos e criou quatro tipos de enquadramento mais encontrados nas análises: *restrito*, quando a imprensa oferece apenas um enquadramento para o tema; *plural fechado*, quando existe mais de um enquadramento, mas eles são dispostos de forma hierarquizada; *plural aberto*, quando

---

64 Grande parte das considerações a seguir sobre *agenda-setting* e *framing* foram retiradas de outro texto meu, no qual é possível encontrar mais detalhes sobre a história, variedade e relações entre esses estudos. Ver Colling (2001), disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/301/232>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

65 McCombs (2006) sistematiza um conjunto maior de pesquisas e já os relaciona com o enquadramento.

existe mais de um enquadramento, sem hierarquias; e *episódico*, quando o texto apenas registra o ocorrido e não apresenta interpretação.

Essas categorias foram criadas a partir de análise da cobertura da imprensa em períodos eleitorais, mas a pretensão é de que poderiam ser utilizadas para qualquer mensagem jornalística. As categorias podem ser criticadas de várias formas e aqui vou citar apenas duas. Em primeiro lugar, apesar de Porto dizer que o enquadramento pretende criticar o paradigma da objetividade jornalística, ao defender que a mídia deveria sempre produzir um enquadramento plural aberto, ele próprio cai novamente em um dos pilares do paradigma pretensamente criticado, que alega que os jornalistas não devem assumir em seus textos “um dos lados da história”. A pergunta que faço é: no caso de uma reportagem sobre homofobia, então, os homofóbicos devem ter o mesmo espaço e voz que os não-homofóbicos?

A pessoa que usar apenas os estudos do agendamento para analisar a cobertura da imprensa brasileira sobre as questões LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) possivelmente concluirá que o tema, ao longo dos últimos anos, passou a fazer parte, como mais frequência, de reportagens, notícias e entrevistas, que o movimento LGBT conseguiu pautar a temática na mídia (ou seja, ingressou na agenda midiática) e que esse tema, por tabela, também passou a fazer parte das conversas das pessoas e debates públicos e de algumas, ainda incipientes, políticas públicas. Se a análise contar também com influências dos estudos do enquadramento, o objetivo será o de estudar o conteúdo dessas mensagens e, muito possivelmente, a conclusão dirá que o enquadramento é restrito (com apenas uma interpretação) e/ou plural fechado (com duas interpretações, sendo uma delas priorizada). Se a voz for concedida apenas aos LGBTs<sup>66</sup>, é provável que o enquadramento será considerado restrito e, portanto, criticado? Se for plural fechado, é sinal de que o jornalista deveria contemplar mais as vozes contrárias aos LGBTs? É só isso o que podemos dizer sobre essas coberturas? O que elas nos dizem sobre as sexualidades e os gêneros? Como as próprias pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais ou trans conceituam e explicam as causas da homofobia, lesbofobia ou transfobia? As explicações dessas pessoas se diferenciam das produzidas por seus opositores? Em que medida?

---

66 Usarei no corpo do texto a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), tal como adotada e explicada pelo movimento social. No entanto, prefiro a sigla LGBTTTTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e intersexos) porque contempla uma variedade maior dentro da diversidade sexual. Sempre que essas siglas forem usadas, em nenhum momento entendo que LGBTTTTI ou LGBT constituem um grupo homogêneo. Inclusive dentro de cada segmento da sigla existe uma grande e rica diversidade.

## Colaborações dos estudos queer

Para encontrar essas respostas, consideramos que é fundamental o acionamento de vários estudos sobre as sexualidades e os gêneros. Esses trabalhos também são muito diversos e priorizaremos aqui algumas das reflexões oriundas dos chamados estudos *queer*<sup>67</sup>, ainda pouco lidos no Brasil e, no entanto, bastante criticados. Esses estudos, ao contrário do que dizem algumas pessoas, nasceram de uma conjunção entre o que alguns consideram como ativismo político (movimento social) e a academia<sup>68</sup>. Para criticar o governo conservador de Ronald Reagan, que fazia vista grossa para a crescente disseminação do vírus HIV nos Estados Unidos, o grupo ACT UP (*Aids coalition to unleash power*), em maio de 1987, organiza uma série de protestos e intervenções públicas que tinham o propósito de chocar a sociedade americana e, com isso, denunciar o descaso do governo. Portadores do HIV, em estágio terminal, por exemplo, foram levados para as esquinas e para a Bolsa de Valores de Nova Iorque. Um dos objetivos era o protestar contra o alto preço do AZT, na época um dos principais remédios para combater os efeitos do HIV. Como explica Saez (2007 [2005], p. 68-69), o conteúdo ideológico do grupo

e suas manifestações de ação direta nas ruas rompiam com a linha respeitosa e assimilacionista de muitos grupos de direitos civis tradicionais, que advogavam por uma integração na ordem social normalizada, negociando cotas de poder; pelo contrário, ACT UP introduz a raiva, a denúncia direta e explícita, as ações ilegais (roubos em supermercados para financiar medicamentos ou conseguir comida para os enfermos, por exemplo), boicotes em atos públicos, intervenções em igrejas e ministérios, ou seja, desafia a ordem social e política com um discurso radical.<sup>69</sup>

O impacto foi grande e Reagan não podia mais dizer que ninguém estava morrendo vítima da Aids. Saez (2007, p. 68) ainda destaca outro aspecto que considero importante nessas ações. Ao contrário do que apregoam algumas pessoas que criticam

---

67 Muitas pessoas preferem chamar esses estudos de Teoria *queer*. Eu mesmo, muitas vezes, também uso essa expressão. No entanto, sempre uso sabendo de sua precariedade, pois entendo que os estudos *queer* ainda não possuem lastro suficiente para conformarem uma nova teoria. Para evitar essa confusão, aqui prefiro usar a expressão estudos *queer*.

68 Na minha compreensão, a academia também faz parte do movimento social. A diferença é que, por vezes, realiza outras formas de ativismo.

69 Todas as traduções realizadas nesse texto forma feitas por mim.

os estudos *queer*, o ativismo e sua posterior sistematização conceitual e teórica não defendem ou produzem divisões nos movimentos sociais. O ACP UP, destaca Saez, foi capaz de aglutinar diversas pessoas, como gays, lésbicas, transexuais, negras, latinas, prostitutas, pobres, drogadas, pois todas percebiam que a má gestão do governo as atingia transversalmente. Uma das críticas centrais que os estudos *queer* realizam sobre as políticas identitárias/afirmativas é exatamente o fato dela ter produzido, intencionalmente ou não, a divisão entre as pessoas injuriadas e oprimidas, cada uma em sua caixinha e grupo lutando contra o preconceito e, muitas vezes, contra si.<sup>70</sup>

Em abril de 1990, surgiu outro grupo, o *Queer Nation*, que meses depois faria uma polêmica intervenção na Parada do Orgulho Gay de Nova Iorque. Ativistas empunhavam cartazes com dizeres “Ódio aos heterossexuais”. Na verdade, esse grupo externalizava o seu descontentamento com o próprio rumo do movimento gay da época que, na busca de aceitação, defendia que LGBTs se comportassem como os heterossexuais, em geral usando o argumento de que ser homossexual é normal ou até mesmo alegando que nascemos héteros ou homossexuais. Como explica Penedo (2008, p. 48), o *Queer Nation*

utilizava táticas como invasão de bares e centros comerciais frequentados por heterossexuais, representações de beijos massivos em determinados espaços públicos. Desta forma, *Queer Nation* demonstrava que a naturalização de um espaço heterossexual dependia necessariamente da invisibilidade dos gays.

A mercantilização da cultura gay também passa a ser criticada pelas pessoas que se identificavam como *queer*, que não se enquadravam dentro desse público gay consumidor que compra a sua aceitação através do consumo de bens. O que os *queer* denunciavam é que não existe apenas uma forma de viver as homossexualidades, as bissexualidades, as travestilidades e também as heterossexualidades. Assim como não existem apenas dois gêneros (o masculino e o feminino), mas que uma considerável parcela das pessoas prefere ficar nos trânsitos e/ou nas margens. Ao burilar as análises, os estudos posteriores vão defender que todos nós somos influenciados pelos outros, ou seja, ninguém é 100% homem, mulher, homo ou heterossexual.

---

70 Sobre as limitações das políticas identitárias, sugiro a leitura de Gamson (2002) e Colling (2011a). Sobre a experiência de um grupo equatoriano que consegue aglutinar diversos grupos de pessoas discriminadas, ver Colling (2010).

Em 1993, surge o movimento intersexo<sup>71</sup>, que considera como mutilações as ditas cirurgias de “correção” realizadas em bebês ou crianças que nascem com características dos dois sexos (PINO, 2007). Com isso, a própria divisão entre pessoas do sexo masculino ou feminino pode ser questionada. Se os binarismos em relação aos gêneros já estavam sendo explodidos, o movimento intersexo e as reflexões acadêmicas sobre o tema viriam a fazer o mesmo em relação aos “sexos biológicos”.

Na década de 1980, o feminismo também atravessou uma de suas crises. Na categoria mulher, usada por boa parte das feministas, as lésbicas, em especial as mais masculinizadas, as travestis, as transexuais, em geral as mais pobres e negras, não entravam (e em boa medida ainda não entram). Essas tensões nos movimentos LGBT e feminista ocorrem simultaneamente fora e dentro das universidades. Algumas pessoas, inclusive, eram tanto militantes (no sentido “tradicional”) quanto da academia e, como era de se esperar, começaram a sistematizar as suas análises e reflexões sobre esse momento. São esses estudos que Teresa De Laurentis, em 1990 irá chamar, pela primeira vez, de teoria *queer* (MISKOLCI, 2009, p. 151).<sup>72</sup>

Alguns críticos dos estudos *queer* no Brasil questionam porque as pessoas continuam usando a palavra *queer* para nomear esses trabalhos. Não temos em Língua Portuguesa uma palavra que dê conta do significado da palavra *queer*. *Queer* é uma conhecida forma de insultar homossexuais, algo como viado, sapatão, boiola etc. Os *queer* desejavam re-significar e positivar esse insulto. “Sou mesmo viado e daí? Quero ser viado, dou meu cu, e daí? Qual é o problema? Se você goza através de uma parte do seu corpo, por que eu não posso gozar com outra? Quem deve dizer como eu devo gozar? Como chegamos a essas determinações?” Questões e provocações como essas povoam os estudos *queer*.

No entanto, a palavra *queer*, além do insulto, também “pode ser traduzido

---

71 Segundo Pino, “intersex é um termo de origem médica que foi incorporado pelos ativismos para designar as pessoas que nascem com corpos que não se encaixam naquilo que entendemos por corpos masculinos ou femininos”. Ainda segundo a autora, “é muito comum à associação do intersex com o hermafrodita, pessoa que possui os dois sexos. Segundo Mauro Cabral, ativista intersex e pesquisador da temática, essa associação presente em nosso imaginário cultural é oriunda das artes e da mitologia, mas não condiz com a realidade do corpo intersex”. Pino informa que a primeira organização política de ativismo intersexo é a ISNA (Intersex Society America), que “foi fundada em 1993 por pessoas que sofreram as cirurgias quando crianças. O objetivo geral dessa associação é “acabar com a vergonhosa, segregante e não desejada cirurgia genital”, lutando para que as cirurgias sejam feitas apenas quando os pacientes puderem decidir por eles mesmos.” (PINO, 2007, p. 153).

72 Um bom texto com breves informações sobre o surgimento dos estudos *queer* e várias reflexões sobre as influências teóricas e principais conceitos é o de Miskolci (2009). O livro de Louro (2004) também oferece uma boa introdução ao tema.

por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário” (LOURO, 2004, p. 38). É essa outra variedade de significados que a palavra *viado*, por exemplo, não contempla. Por isso, várias pessoas de diversos países e línguas continuam usando a palavra *queer* em seus textos.

E quais são as contribuições dos estudos *queer* para os estudos das sexualidades e dos gêneros? Antes de enfrentar essa pergunta, é preciso destacar que os estudos *queer* não constituem um bloco homogêneo. Na atualidade, é crescente o questionamento entre as pessoas que utilizam as reflexões *queer* em seus estudos, a exemplo dos trabalhos de Preciado (2008) e Halberstam (2008) com críticas às reflexões sobre a performatividade de gênero realizadas por Butler, considerada uma das primeiras e principais teóricas *queer*. Apesar disso, existem alguns argumentos que parecem ser aceitos pela maioria. Vou acionar cinco deles a seguir, em especial oriundos de algumas das considerações de Butler (2002, 2003, 2008):

1) Existem mais do que dois gêneros e os dois mais conhecidos não são puros, pois um é influenciado por características do outro, o que gera uma variedade de combinações. Não existem mais do que dois gêneros porque existem pessoas que explicitamente preferem ficar no trânsito entre os gêneros, como travestis e transexuais. Ou seja, existem tantos gêneros quanto nossa criatividade tiver condições de produzir;

2) Sexo/biologia/natureza, entendido aqui como a materialidade dos corpos, não determina o gênero da pessoa. Várias pessoas nascem com determinadas características corporais e não se identificam com o gênero que a sociedade exige para aquele corpo. Ou seja, não existe nenhuma garantia de que alguém com sexo masculino ou feminino será do gênero que a maioria entende como compatível com aquele sexo. O que existe é uma norma hegemônica que obriga, a todo custo e através de muita violência, que exista uma coerência entre a materialidade do corpo e o gênero. Por exemplo, muitas feministas, ainda hoje, mesmo usando o conceito de gênero, trabalham dentro de uma perspectiva reducionista e excludente, pois não aceitam que alguém com pênis possa ser identificado ou se identificar como uma mulher<sup>73</sup>;

3) Corpo também é construído culturalmente. Não existe corpo antes da linguagem. Esse argumento gerou um debate entre Butler e as pessoas influenciadas pela obra de Simone de Beauvoir, autora da célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Butler desconstrói essa frase ao defender, entre outras coisas,

---

73 Sobre a defesa de um feminismo com pênis, ler Bento (2011).

que ela pressupõe que exista um momento em que o corpo de um homem ou de uma mulher não tenha sido homem ou mulher. O argumento é de que as normas das sexualidades e dos gêneros incidem sobre nós desde o momento em que as pessoas identificam qual é o nosso “sexo biológico”. Na atualidade, isso ocorre, muitas vezes, através da ultrassonografia, quando o bebê ainda está na barriga da mãe. A partir desse momento, diz Butler, passam a incidir todas as normas sobre o indefeso feto ainda em formação. Familiares escolhem os nomes e as roupas supostamente compatíveis com a genitália da criança e, obviamente, todos partem do pressuposto de que ela é ou será heterossexual. Portanto, já nascemos homens ou mulheres, com gênero e orientação sexual, tudo realizado de forma compulsória, sem direito à livre escolha. Desde sempre o corpo é preenchido de discurso, que carrega todas as normas que incidem sobre nós.<sup>74</sup>

4) Além de exigir uma linha coerente entre o órgão sexual e o gênero, as normas também exigem que as pessoas desejem uma pessoa do sexo e do gênero oposto e ainda pratiquem sexo com ela. Isso permite Butler dizer que a sociedade exige uma linha coerente entre sexo – gênero – desejo e prática sexual. No entanto, além de muitas pessoas terem determinado órgão sexual e não se identificarem com o gênero atribuído a ele, determinadas pessoas desejam e não praticam ou praticam e não desejam o sexo com os seus parceiros e parceiras. E não estou me referindo apenas aos homossexuais, mas também aqueles que se identificam como heterossexuais. Os garotos de programa, por exemplo, que se identificam como heterossexuais, muitas vezes praticam sexo com pessoas do mesmo sexo e não o desejam. É comum eles dizerem que desejam o dinheiro do cliente e não o sexo com o cliente. Outro exemplo: quantos homens e mulheres transam com pessoas do mesmo sexo sem desejarem, mas por uma imposição social? E outra pergunta, mais complexa, realizada por Butler (2003): o sexo entre um homem e uma mulher heterossexual é necessariamente um sexo heterossexual? Nem sempre, porque não sabemos o que o homem ou a mulher projeta e fantasia no outro ou na outra. Quantos homens se apaixonam por mulheres masculinizadas e projetam e fantasiam nela os seus desejos homoeróticos? E as mulheres que penetram, com ou sem próteses, os seus homens? Que sexo é esse? Heterossexual? Homossexual? Bissexual? Essas três categorias não dão conta da variedade de práticas sexuais existentes no mundo. Enfim, essas e outras consi-

---

74 Muitas vezes esse argumento é criticado sob a alegação de que então tudo é discurso e que assim Butler desconsiderou a materialidade dos corpos. Considero que muitas dessas críticas Butler respondeu em *Cuerpos que importan*. Pretendo escrever sobre esse debate em outro texto.

derações nos permitem dizer que existe uma norma hegemônica que exige a linha coerente entre sexo – gênero – desejo – prática sexual, mas inúmeras pessoas não seguem essa imposição. Quanto mais a pessoa fugir dessa linha, mais violência ela sofre, pois as demais pessoas estarão a postos para fazer com que ela “entre nos trilhos”. Essa linha coerente é o motor da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade<sup>75</sup>. Se quisermos combater a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero, é fundamental desconstruir essa linha coerente;

5) Críticas à categoria mulher. Como eu já antecipei acima, os estudos *queer* fazem várias críticas à categoria mulher criada e consolidada pelas pessoas, sejam elas acadêmicas ou não. Nessa categoria, muitas vezes, só entram as pessoas que possuem vagina. Outras características do que é ser “uma mulher de verdade” também acabam sendo priorizadas, como o tal instinto materno, adorar ser mãe, ser monogâmica, casada, heterossexual, entre outras.

## Análise

Como esse conjunto de reflexões pode ser produtivo para analisar textos jornalísticos sobre sexualidades e gêneros? O jornalista Roberto Cabrini, do programa *Conexão repórter*<sup>76</sup>, que será utilizado aqui apenas como exemplo, conseguiu entrevistar um grupo de homens, auto-intitulados “os carecas”, que assumiram explicitamente seu ódio para com os homossexuais. O programa começa e reprisa várias vezes cenas de muita violência contra homossexuais, que teriam sido filmadas em “um evento gay em São Paulo”. Um grupo ataca alguns gays e a multidão assiste, sem reagir.

A primeira frase do programa partiu de um dos carecas. Ele diz: “Essa raça é uma raça do demônio. Deus criou o homem e a mulher e não o homossexual”.

---

75 Ainda vivemos em um período histórico em que a heterossexualidade é compulsória mas, pelo menos, na maioria dos países ocidentais, ela não é mais considerada um crime ou doença. Esse foi o período em que a obrigação em ser heterossexual se mostrou mais forte e compulsória. Hoje, esse período nos deixou como herança a heteronormatividade, que incide sobre todos, sejamos heterossexuais ou não. Para Spargo, a heteronormatividade “especifica a tendência, no sistema ocidental contemporâneo referente ao sexo-gênero, de considerar as relações heterossexuais como a norma, e todas as outras formas de conduta social como desvios dessa norma” (SPARGO, 2004, p. 86). Pino conceitua a heteronormatividade como o “enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo” (PINO, 2007, p. 160).

76 A parte 1 do programa pode ser assistida no site <<http://www.youtube.com/watch?v=pPgWZh48SVk>>.

Logo em seguida, Leão Lobo, apresentador de programas de televisão, apontado como “uma voz que reage”, diz: “Porque eu não concordo com alguma coisa, porque eu não gosto de alguém, eu vou sair aí matando e dando porrada?”. O careca volta a ter voz e diz: “Eu não sou homofóbico porque eu não tenho medo de viado. Eu sou contra homossexual”.

Leão, que está em um estúdio assistindo a entrevista realizada por Cabrini, diz: “Homofobia pra mim é uma doença mesmo”. Em seguida, o jornalista mostra alguns trechos com familiares de e homossexuais, que contam como foi difícil aceitar a homossexualidade dos filhos. O programa também fez um “teste da tolerância”. Dois atores foram às ruas de São Paulo, em locais de grande circulação de pessoas. Eles representavam dois namorados, trocavam carícias e recebiam vários insultos. Uma jaca chegou a ser arremessada contra eles. “Vira homem rapaz”, “Tem que tomar umas madeiradas, umas facadas assim”. “Eu mandava matar esses viados tudinho”. Essas são algumas das frases proferidas pelos passantes e veiculadas pelo programa.

As cenas de violência voltam ao ar, junto com outro espancamento, que teria ocorrido em uma estação de metrô, após uma parada gay, e resultado na morte da vítima. As conhecidas cenas da violência sofrida por gays na Avenida Paulista também foram exibidas. Cabrini pergunta: “De onde vem tanto ódio? Quem são esses grupos de radicais que propagam tamanha agressão aos homossexuais?”. Logo depois o programa começa a exibir com mais detalhes a entrevista com “os carecas”, que teria sido realizada no Centro de Santo André, cidade que compõe o complexo chamado de ABC Paulista. Um grupo de sete homens, cinco deles encapuzados, relatam todo o seu ódio aos homossexuais.

Um deles diz que os homossexuais “acabam com a família, com os valores e eles estão começando acabar com a raça humana”. Cabrini pergunta o que eles acham dos ataques contra os homossexuais. Um integrante diz: “Eu acho que isso é a sociedade se rebelando contra e os caras estão colocando em cima de skinheads”. Novas cenas de violência e de pessoas dançando nas paradas gays e Cabrini pergunta: “Mas o que os homossexuais pensam de ataques como esse? “Violência é o que eles fazem com as pessoas, agridem e matam”, diz Leão Lobo. Cabrini é quem fala a seguir: “Entre eles, os homossexuais, existem alguns dos brasileiros mais talentosos, mais inteligentes do país”. “Sou, sou viado”, diz Leão Lobo.

“Leão Lobo sempre se destacou no mundo das comunicações. E assiste atentamente ao material (a entrevista com os carecas)”, diz Cabrini. Lobo fala, balançando a cabeça ao ouvir as frases dos carecas: “Aí não dá, olha o nível deles. Nenhuma

coisa a ver com outra. Eu não pedi para ser homossexual. Eu nasci homossexual, eu não sei explicar o porquê”. A voz volta para os carecas, que dizem que os homossexuais são pederastas, drogados, que nas suas baladas só rola droga e que os gays espalham doenças. “Quem disse que a Aids é uma doença de homossexuais? Está mais de provado e comprovado que não”, diz Leão Lobo. Volta para a entrevista e Cabrini pergunta aos carecas: “Não é uma questão de livre escolha?” “É uma coisa que vai contra a natureza, contra Deus, contra a família, contra tudo. Tá errado, eu não apoio essa merda aí não”, diz um dos carecas.

Leão retruca: “É outra desinformação deles, outra bobagem. Eu, por exemplo, sou um pai homossexual e criei uma filha linda hétero maravilhosa”. Cabrini pergunta por que dos sete apenas dois estão mostrando a cara na entrevista (os dois rostos não foram exibidos programa). Um deles diz que trabalha com público e por isso não quer ser reconhecido. Leão diz: “Se esconde a cara é porque tem vergonha, tem medo, talvez por ser aquele que agride, talvez porque é aquele que é (homossexual)”. O programa prossegue com os carecas dizendo que eles não pregam a violência contra os gays, que combatem os homossexuais “por ideologia” (logo depois se contradizem explicitamente em mais esse ponto).

Leão Lobo relata casos de violência que ele mesmo sofreu e Cabrini pergunta aos carecas o que eles fariam se um dia tiverem um filho homossexual. “Educação vem de casa, homossexualismo<sup>77</sup> não é escolha. Ninguém nasce gay, é escolha. Sou 100% seguro que meu filho não vai ser homossexual, ele vai ter uma educação digna”. “Se você me perguntar por que eu sou homossexual, com certeza não foi pela criação”, retruca Leão Lobo.

Cabrini volta a perguntar aos carecas: “você estão dispostos a quê por essa causa”? “Matar e morrer”, dizem eles que, minutos antes, disseram não pregar a violência. Leão diz: “Eles claramente disseram matar ou morrer. Nós, ao contrário, é viver e ser feliz. Esse é o nosso lema”. E assim termina a primeira parte do programa, com cenas de gays fantasiados, dançando em uma parada LGBT.

O material relatado acima já é rico o suficiente para servir de exemplo para a proposta deste texto. Se fossemos identificar o enquadramento produzido pelo programa, seguindo os passos de Entman (1989), deveríamos verificar como o problema foi definido, quais as causas, pessoas envolvidas, a quem é dado o poder de resolver e quais são as soluções apresentadas. Apenas analisando o trecho acima descrito, o pro-

---

77 Transcrevo aqui a expressão usada pelo entrevistado. Não temos utilizado mais o termo homossexualismo, e sim homossexualidade, uma vez que o sufixo “ismo” denota doença.

blema da violência contra os homossexuais é definido de várias formas, mas podemos destacar duas delas que estão presentes tanto no discurso dos homofóbicos quanto no representante dos homossexuais: a natureza ou quem teria criado os seres humanos, a exemplo de Deus, e a educação (ou a falta dela) produzida pela família. Os carecas dizem que Deus criou o homem e a mulher, ou Adão e Eva, como diz um deles, e Leão Lobo diz que nasceu assim, gay. Ou seja, ambos acionam, no fundo, o mesmo argumento para explicar a origem das orientações sexuais.

Outra problematização que pode ser realizada é sobre como Leão Lobo considera e conceitua a homofobia. Para ele, trata-se de uma doença. Borrillo (2001), estudioso do assunto, chegou a outra conclusão.

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social, a respeito daqueles e daquelas de quem se supõe que desejam indivíduos de seu próprio sexo ou tenham práticas sexuais com eles. Forma específica de sexismo, a homofobia rechaça também a todos os que não se conformam com o papel pré-determinado por seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai dela consequências políticas. (BORRILLO, 2001, p. 36).

Pensar a homofobia como uma doença, no sentido médico, inclusive pode ser um argumento contrário para o projeto que pretende criminalizar a homofobia no Brasil. Se as pessoas são doentes, caberia ao Estado oferecer a sua cura e não uma punição<sup>78</sup>.

Os carecas dizem que, caso tenham uma “educação digna”, os seus filhos jamais serão homossexuais. Para eles, os pais e mães devem dar essa educação e os gays ameaçariam a família. Leão Lobo também aciona a família e a criação de uma filha para argumentar como ele foi um bom pai que criou uma menina “heterossexual maravilhosa”. Ou seja, os “dois lados” da reportagem reificam a natureza (às vezes expressa na figura de Deus) e a família nuclear burguesa, que será ainda

---

78 Apesar de avançar no conceito de homofobia, o livro de Borrillo deixa margens para críticas, pois trabalha muito com os binarismos e, às vezes, ainda que pense a homossexualidade e a heterossexualidade enquanto construções culturais, recorre ao discurso da naturalidade dos corpos, quando fala, por exemplo, de “atributos masculinos naturais” (BORRILLO, 2001, p. 28). Para ele, qualquer gênero e orientação sexual são construções, mas os “atributos corporais” parecem sempre ser naturais. Para quem pensa assim, como diz Butler, o corpo em algum momento estaria livre do discurso, da cultura.

mais acionada nas demais partes do programa que aqui não são analisadas. Em nenhum momento, esses paradigmas (natureza, educação da família), que são os grandes responsáveis pela heterossexualidade compulsória e pela heteronormatividade<sup>79</sup>, são postos em questão e desconstruídos, seja pelos homofóbicos, seja por aqueles que estão lutando pelo fim da homofobia.

Nesse trecho descrito acima é possível verificar as causas da violência cometida contra os homossexuais. Para os carecas, os gays são um risco à família, contrários às leis de Deus, são drogados, espalham doenças e não receberam uma “educação digna”. [Ouse já, apresentação os “homossexuais como culpados (por suas escolhas) e vítimas (por sua educação), isentando as normas sociais de qualquer responsabilidade sobre a constituição das subjetividades]. Para Leão Lobo, os homofóbicos são violentos porque, talvez, sejam homossexuais que não aceitam e revelam os seus desejos por pessoas do mesmo sexo. A fala de Lobo é recorrente e muito frágil, pois dificilmente uma análise tão superficial de uma entrevista poderá nos permitir fazer tal suposição. O apresentador parece recorrer à ideia de transferência desenvolvida por Freud (transfiro e vejo no outro aquilo que não desejo e vejo em mim), bastante banalizada em nossa sociedade e usada de forma rasa, sem nenhum cuidado, tempo e recursos suficientes para tal chegar a tal conclusão ou mesmo suposição.

Nenhuma das causas apontadas, sejam elas dos carecas ou de Leão Lobo, assinalam o fato de que a sociedade criou apenas um modo muito específico e limitado de vivência das sexualidades e de expressão dos gêneros. A obrigatoriedade de que todas pessoas sejam heterossexuais e que vivam dentro do modelo heteros-

---

79 Heterossexualidade compulsória e heteronormatividade, ainda que muito relacionadas, não são expressões que podem ser usadas como sinônimas. Conforme explica Miskolci, a heterossexualidade foi muito mais compulsória no período em que a homossexualidade era considerada crime ou doença (em alguns países ainda o é e, conforme lembra Bento (2011), a patologização da transexualidade ainda colabora nesse sentido). No entanto, esse foi o período em que a obrigação em ser heterossexual se mostrou mais forte e compulsória do que nos dias atuais. Hoje, esse período nos deixou como herança a heteronormatividade, que incide sobre todos, sejamos heterossexuais ou não. "Heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade [...], é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. (MISKOLCI, 2009, p. 156). Para Spargo, a heteronormatividade “especifica a tendência, no sistema ocidental contemporâneo referente ao sexo-gênero, de considerar as relações heterossexuais como a norma, e todas as outras formas de conduta social como desvios dessa norma” (SPARGO, 2004, p. 86). Pino conceitua a heteronormatividade como o “enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo”. (PINO, 2007, p. 160).

sexual hegemônico permaneceu inabalável. Talvez nem os carecas seguem à risca esse modelo. Bastaria perguntar se eles hoje vivem dentro de uma família nuclear burguesa, se os seus pais são separados, se foram criados pelas avós ou coisa do tipo, configurações familiares que sempre foram e continuam sendo muito recorrentes nas classes populares.

As pessoas envolvidas neste trecho do programa são os próprios homofóbicos, os gays e seus familiares. Nos demais blocos, integrantes da polícia também foram ouvidos. Para resolver o problema, o programa sugere que os pais conversem e acolham os/as filhos/as, que ofereçam uma “educação digna” para eles e elas e que a polícia prenda os agressores. Pelas categorias criadas por Porto, poderíamos dizer que o enquadramento produzido pelo programa foi plural (aberto se analisarmos apenas o primeiro bloco e fechado se analisarmos todo o programa). E assim retomo a pergunta já feita anteriormente: então, esse é um programa que deve ser festejado como um exemplo para as futuras coberturas sobre o tema?

Pelo exposto acima, espero ter deixado evidente que, apesar de ser elogiável por ter colocado um tema tão importante em sua agenda, o enquadramento produzido, ou seja, a forma como o problema foi apresentado, não desconstruiu os argumentos que são motores da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, e em alguns momentos, ajudou a justificar a própria homofobia e a construir e perpetuar a ideia da homossexualidade como uma imoralidade. Por quê?

Para combater a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero existente é preciso evidenciar que não existe sexualidade normal, natural ou que seja um designo de Deus ou coisa do tipo. Os estudos *queer* apontam, como detalhei acima, que a própria heterossexualidade não é fruto apenas da natureza, mas é uma imposição sobre todas as pessoas, imposição essa que inicia, muitas vezes, antes de nosso próprio nascimento. E esse é um argumento que pode ser fartamente comprovado através de pesquisas empíricas. Senão vejamos: se a heterossexualidade fosse um dado exclusivo da natureza, por que seria tão necessário vigiar os corpos e comportamentos de nossas crianças para que todas sejam heterossexuais?

Nossa educação, seja ela familiar ou no ambiente escolar, é toda orientada para a produção de pessoas heterossexuais, para que corpos com vagina sejam mulheres e corpos com pênis sejam homens. Mulheres e homens heterossexuais, é sempre bom frisar, dentro de um *script* muito específico e reduzido. Ao menor sinal de que a criança não segue o roteiro pré-definido, a violência começa a incidir sobre ela. Se a heterossexualidade é algo natural, por que essa violência verbal e física é necessária? Ou seja, precisamos desconstruir essa “verdade” sobre a sexua-

lidade que, de tão arraigada em nossas mentes, já foi naturalizada pelas pessoas. Nesse aspecto, tanto os homofóbicos do programa quanto o homossexual que defende os gays usam o mesmo argumento.

### **Para finalizar**

Sempre que falo sobre esse assunto, nos debates, a primeira pergunta do público é: e qual seria a cobertura ideal? Eu sempre respondo: não pretendo (e creio que as demais pessoas ligadas aos estudos *queer* também pensam o mesmo) criar uma “receita de bolo”. Se fizéssemos isso estaríamos repetindo o mesmo problema de nossos opositores, que sempre desejam que todos sigam as mesmas normas. No entanto, algumas linhas gerais podem ser apontadas para que tenhamos uma cobertura jornalística e uma mídia em geral que trabalhe em prol do respeito à diversidade sexual e de gênero. A partir do exposto aqui, podemos defender que um conteúdo com essas pretensões deve:

1) Quebrar a hierarquia entre as identidades de gênero e as práticas sexuais. Sempre que hierarquizarmos alguma identidade ou prática, estaremos gerando opressões, desrespeito, exclusões. Obviamente, ao contrário do que dizem algumas pessoas, isso não quer dizer que estamos defendendo práticas sexuais não consentidas por envolvidos nos atos, a exemplo de estupros, abusos sexuais em bebês etc. Criticar as normas e leis não significa dizer ou defender que a sociedade pode ou deve viver sem normas e leis. O que propomos é evidenciar como essas normas e leis foram construídas, como outras sociedades, atuais ou anteriores, possuíam ou possuem outras condutas e legislações e, sobretudo, revelar o quanto determinadas normas e leis, da forma como são utilizadas, produzem novas discriminações e sofrimentos. E isso inclui a possibilidade de conceituar e problematizar inclusive o que se considera hoje como pedofilia, tema pouco discutido e quase sempre reduzido aos seus aspectos jurídicos;

2) Problematizar sempre a construção das identidades: nenhuma é original, natural ou normal. Isso não quer dizer, como apregoam algumas pessoas, que somos doentes anormais. Isso quer dizer que, mesmo antes de nascermos, um conjunto de normas passaram a incidir sobre todas as pessoas e nós somos resultado dessas operações. Ou seja, fundamentalmente nós somos resultado da nossa cultura, é ela quem lê, elabora e reelabora constantemente as nossas identidades, queiramos ou não. Por isso, se hoje temos uma cultura homofóbica, machista, misógina, racista,

adultocêntrica, urbana, amanhã podemos ter uma cultura que respeite, festeje e aprende com as diferenças;

3) Fim dos binarismos. Somos educados para pensar o mundo de forma dicotômica e isso também se traduz no pensamento sobre os gêneros e as sexualidades. Neste esquema, as pessoas são divididas em boas ou más, pobres ou ricas, brancas ou negras, homens ou mulheres, hetero ou homossexuais. Ainda que, para as políticas afirmativas, essas dicotomias ainda sejam necessárias, elas precisam ser cada vez mais problematizadas e jamais serem percebidas efetivamente como “reais”. Culturalmente, somos bem misturados, felizmente. Somos bons e más, nos identificamos e trazemos em nós elementos e práticas tanto de brancos, homens, heterossexuais quanto de negros/as, mulheres e homossexuais. Quando falo isso, muitas vezes, os homens heterossexuais dizem: “Professor, o senhor está me chamado de viado? Eu não tenho nada dos gays, eu sou macho!”.

Eu respondo com dois exemplos: primeiro, você só pode dizer que é heterossexual e macho porque existem os homossexuais e as fêmeas. Você se diferencia pelo e com o diferente, então, o diferente é parte constitutiva de você. Segundo, quando as pessoas falam em relações homosociais ou homoafetivas, sempre ligam essas relações como exclusivas dos homossexuais. Mentira. Todos os heterossexuais possuem relações sociais e afetivas com pessoas do mesmo sexo, sejam familiares ou amigos. Portanto, veja que você é diferente, mas também igual aos homossexuais em determinados aspectos.

4) Respeito a quem deseja ficar na margem. A norma hegemônica sempre empurra todos para o centro, que representaria a respeitabilidade, a decência, a saúde, a higiene, o ideal de vida etc. Com isso, desrespeita quem deseja habitar as margens, quem não aspira esse centro como seu projeto de vida. Os seguidores da norma, inclusive, muitas vezes justificam a violência sofrida por quem está nas margens com frases como: “também, veja só, ele pediu para ser violentado, agredido. Quem manda ser assim?”. Esse tipo de comentário, muito comum, carrega o desejo de que todos sejam iguais quando as evidências nos mostram que somos diferentes;

5) Politização do abjeto. Butler diz que a norma hegemônica que impera no campo das sexualidades e dos gêneros criou gêneros inteligíveis, aqueles que seguem a linha coerente entre sexo – gênero – desejo e prática sexual. Quem não segue a linha, entra em zonas de abjeção. Os abjetos são pessoas que não gozam do estatuto de humanos e, por isso, podem ser violentadas. Não choramos essas mortes, nos diz ela. Abjeto “não se restringe de modo algum a sexo e a heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (PRINS; MEIJER, 2002, p. 161).

Mesmo resistindo a dar exemplos de corpos abjetos, com o argumento de que a definição pode se esgotar nos exemplos que oferece, Butler diz que, na imprensa alemã, os turcos não têm uma história familiar ou psicológica complexa. O mesmo não ocorreria com os alemães que cometem crimes. Ao lembrar desse trecho, costumo citar a nossa imprensa brasileira. Quando uma pessoa é assassinada ou é vítima de algum outro tipo de violência e é branca, classe média alta, heterossexual, em geral, a imprensa noticia e acompanha o caso, com direito a sucessivas manchetes ou chamadas de primeira página. As dezenas de mortes que são registradas nos subúrbios das grandes cidades a cada final de semana quase sempre merecem apenas uma nota ou pequena notícia no interior dos jornais impressos. Quando um ou mais gays de classe média alta são espancados na Avenida Paulista, toda a imprensa cobre o assunto e se mostra sensibilizada com o aumento da violência. Quando travestis são assassinadas brutalmente não vemos a mesma sensibilização e espaço na mídia. Ou seja, algumas pessoas não podem ser violentadas e outras, abjetas, podem. Por isso, é necessária a politização do abjeto, o que passa pela humanização de todas as pessoas, no sentido de revelar que temos histórias de vidas complexas, sofremos e merecemos ser felizes.

6) Por fim, a constante problematização da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, que também é possível pelo acionamento dos itens anteriores, mas não só. Termino esse texto com um trecho de um artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, no dia 17 de maio de 2011, Dia Mundial de Combate à Homofobia, que rendeu muita polêmica na internet. Defendi que o movimento social deveria não apenas afirmar as identidades de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, mas também deveria interpelar mais os heterossexuais

que vivem numa zona de conforto em relação às suas identidades sexuais e de gêneros (aliás, bem diversas entre si). Para boa parte dos heterossexuais, apenas LGBTTs têm uma sexualidade construída e problemática, e o que eles/as dizem não tem nada a ver com as suas vidas. É a inversão dessa lógica que falta fazermos para chamar os heterossexuais para o debate, para que eles percebam que não são tão normais quanto dizem ser. Ou seja: para combater a homofobia, precisamos denunciar o quanto a heterossexualidade não é uma entre as possíveis orientações sexuais que uma pessoa pode ter. Ela é a única orientação que todos devem ter. E nós não temos possibilidade de escolha, pois a heterossexualidade é compulsória. (COLLING, 2011b, p. 3).

## Referências

- BENTO, Berenice. Política da diferença: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: Edufba, 2011. p. 79-110.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2001.
- BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icária editorial, 2002. p. 55-81.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Cuerpos que importan. Sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2008.
- COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados: In: *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 14, p. 88-101, abr. 2001.
- \_\_\_\_\_. O que a política trans do Equador tem a nos ensinar? In: FAZENDO GÊNERO 9. DIÁSPORAS, DIVERSIDADES E DESLOCAMENTOS, 23 a 26 de agosto de 2010, Florianópolis. Disponível em: <[www.cult.ufba.br/cus](http://www.cult.ufba.br/cus)>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: Edufba, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Desnaturalização da heterossexualidade. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, p. 3, 17 maio 2011b. Disponível em: <[http://www.abeh.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=67:folha-de-spaulo-publica-artigo-de-presidente-da-abeh&catid=39:noticias](http://www.abeh.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=67:folha-de-spaulo-publica-artigo-de-presidente-da-abeh&catid=39:noticias)>. 10 jan. 2012.
- COLLING, Leandro et al. Um panorama dos estudos sobre mídia, sexualidades e gêneros não-normativos no Brasil. *Revista Gênero*, Niterói, [201-] No prelo.
- ENTMAN, Robert M. *Democracy without citizens – media and the decay or american politics*. New York: Oxford University Press, 1989.
- GAMSON, Joshua. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icária Editorial, 2002. p. 141-172.
- HALBERSTAM, Judith. *Masculinidad femenina*. Barcelona & Madrid: Egales, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- McCOMBS, Maxwell. *Estableciendo la agenda. El impacto de los médios em la opinión pública y em el nonocimiento*. Barcelona: Paidós, 2006.
- McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, Chicago, v. 36, n. 2, p. 176-187, Summer 1972.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da norma-

- lização. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=i so](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=i so)>. 10 jan. 2012.
- PENEDO, Susana López. *El labirinto queer. La identidad em tempos de neoliberalismo*. Barcelona: Egales, 2008.
- PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 149-174, jan./jun. 2007.
- PORTO, Mauro. *Televisão e política no Brasil: a Rede Globo e as interpretações da audiência*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- PRECIDADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Editorial Espasa, 2008.
- PRINS, Baukje, MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, jan. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11634.pdf>>. 10 jan. 2012.
- SÁEZ, Javier. El contexto sociopolítico de surgimento de la teoría queer. De la crisis del sida a Foucault. In: CÓRDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco (Org.). *Teoría queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas*. 2. ed. Madrid: Editorial Egales, 2007. p. 67-76.
- SPARGO, Tamsin. *Foucault y la teoría queer*. Barcelona: Gedisa, 2004.